

GÊNERO(S) NA OBRA DE TERESA MARGARIDA DA SILVA E ORTA

Conceição Flores¹

Teresa Margarida da Silva e Orta é autora das *Máximas de virtude e formosura ...* (1752), o primeiro romance escrito e publicado por uma mulher em Portugal, de um poema e de cartas dirigidas a figuras relevantes da política portuguesa. Para esta comunicação, faço um recorte na obra de forma a estabelecer relação entre as questões de gênero e os gêneros literários, ou seja, a forma como a autora se coloca em relação às questões da mulher – quer sejam as da educação feminina e do papel da mulher na sociedade, patentes no romance, quer as de foro íntimo, reveladas na epistolografia e na poesia.

Apresento a biografia da escritora para que possamos entender a sua trajetória literária. Nascida em São Paulo, em 1711, filha de José Ramos da Silva, emigrante português, e de D. Catarina de Orta², uma senhora paulista, Teresa Margarida foi para Portugal ainda menina e nunca mais voltou ao Brasil. Educada no convento das Trinas e destinada à vida religiosa, casou, aos 16 anos, à revelia paterna, mediante uma autorização especial da Igreja, seguindo a voz do coração, num tempo em que o casamento era, sobretudo, um contrato de interesses firmado entre famílias. Não recebeu o tradicional dote quando se casou; só, em 1739, o pai a dotou, mas com diversas condicionantes que impediam o casal de vender ou alienar os bens dotados, pois José Ramos da Silva considerava o genro um oportunista³.

1 Mestre em Literatura Comparada e Doutora em História da Educação pela UFRN, Professora de Literatura da Universidade Potiguar (UnP). Contato:cflores@natal.digi.com.br.

2 O pai José Ramos da Silva emigrara aos 12 anos para o Brasil como “criado de servir”; a mãe descendia do bandeirante Rafael de Oliveira, o Velho, fundador de Jundiá, e pertencia a uma das famílias mais ricas de São Paulo. O pai fez uma fortuna prodigiosa no Brasil, fazendo comércio para as Minas Gerais, e quando regressou a Portugal comprou um dos cargos mais cobiçados do reino: o de Provedor da Casa da Moeda de Lisboa.

3 Pedro Jansen Moller era filho mais velho de Henrique Jansen Moller, descendente de nobres alemães estabelecidos em Lisboa, e de Dona Joana Micaela Praet, descendente de nobres flamengos. Nessa família havia fidalguia, mas faltavam haveres, o oposto da família de Teresa Margarida. No testamento de José Ramos da Silva, são narrados vários episódios que evidenciam a falta de caráter e o oportunismo do genro. Após o casamento, as relações com os pais e com o irmão passaram a ser de hostilidade. Cf. FLORES, 2006, p. 51-61.

Máximas de virtude e formosura... (1752) foi publicado com o nome de Doroteia Engrássia Tavadreda Dalmira, pseudônimo anagramático do nome da autora, precedido do título de dona, conforme pragmática da época, para uma senhora da sua posição. A autora resguardava-se, assim, da exposição pública, mas, na corte, deveriam saber quem era, pois, passados 7 anos, Barbosa Machado, no volume IV da *Biblioteca Lusitana*, incluía um verbete de Teresa Margarida em que esclarecia que o romance “saiu com o suposto nome de Doroteia Engrássia Tavadreda Dalmira” (MACHADO, 1759, p. 272).

O romance foi dedicado à Princesa do Brasil, a futura D. Maria I, e a autora pedia que a princesa dêsse à sua obra “a luz de bem vista”, pois enfrentaria as “armas contrárias” se tivesse “a mais alta proteção”. Era a primeira vez que se publicava, em Portugal, um romance escrito por uma mulher que dizia “fugir à ociosidade”, rompendo as regras socioculturais do seu tempo que destinavam a mulher à “ociosidade” e que a restringiam ao espaço doméstico sob a tutela do pai ou do marido. Mulheres cultas eram exceção, sobretudo fora dos conventos, pois considerava-se que “Mulher que sabe muito/ É mulher atrapalhada,/ Para ser mãe de família,/ Saiba pouco ou não saiba nada.”

No prólogo, a narradora afirma ter sido advertida da sua “incapacidade”, mas desprezou essas vozes, pois tem o propósito de “infundir” nos seus “o amor da honra, o horror da culpa, a inclinação às ciências, o perdoar a inimigos, a compaixão da pobreza, e a constância nos trabalhos”. Passadas poucas linhas, previne o leitor de que, se achar “erros”, lembre-se “que é de mulher, que nas tristes sombras da ignorância suspira por advertir a algumas” (ORTA, 1993, p. 56). A narradora alertava o leitor, como a pedir desculpas da sua ousadia, tática que as mulheres usaram ao adentrarem nos espaços públicos ocupados pelos homens.

A autora firmava o pacto ficcional, apresentando-se para os seus leitores timidamente. Designava o romance como “pequeno livro”. No entanto, a obra revela uma mulher culta, conhecedora da cultura grega, leitora de clássicos e de livros do seu tempo. O romance tem um longo título – *Máximas de virtude e formosura com que Diófanes, Climenéia e Hemirena, Príncipes de Tebas, venceram os mais apertados lances da desgraça* – e narra

as desventuras sucedidas aos personagens após um naufrágio. Diófanos e Climenéia, reis de Tebas, e sua filha Hemirena seguiam para Delos, onde se realizaria o casamento desta com Arnesto, príncipe daquela cidade. Atacados e feitos prisioneiros pelos seus inimigos de Argos, foram levados para terra, separados e vendidos como escravos. A partir desse momento, sucedem-se as desventuras do pai, da mãe e da filha. Maltratados como escravos, sofrem humilhações e perseguições, padecem enfermidades, suportando estoicamente as provas por que passam.

Nessa trama, destaca-se Hemirena, personagem principal. É no exílio que a personagem feminina mostra uma virtude inquebrantável, amor e dedicação filial, fidelidade ao noivo, sabedoria e modéstia, bondade e caridade, associados a coragem e determinação. Longe da pátria, a jovem desafia as convenções sociais que relegavam à mulher um papel de passividade e, travestida de homem⁴, assumindo uma nova identidade e o nome de Belino, sai em busca dos pais, enfrentando, com coragem e sabedoria, os perigos da natureza e dos homens. A teia romanesca se desenvolve a partir da ação de Hemirena/Belino, finalizando a história com a volta de Diófanos e Climenéia a Tebas e o casamento de Hemirena e Arnesto. O final feliz resulta do caráter dos personagens, que superaram as adversidades e as tentações por possuírem sólidas qualidades morais.

As personagens femininas são porta-vozes do ponto de vista sobre a educação das mulheres. Climenéia, rainha de Tebas, que no exílio se esconde sob a identidade de Delmetra para procurar o marido e a filha, afirma:

Há mulheres na Corte, que em oitenta anos que viveram, nunca tiveram mais aplicação que a dos seus enfeites; e é coisa lastimosa que deixemos de enriquecer-nos dos conhecimentos necessários com a leitura de bons livros,

4 Esse tema da “Donzela que foi à guerra” percorre a literatura e na história também teve suas representantes. Lembro Joana d’ Arc, a donzela de Orleans; as brasileiras, Maria Úrsula de Abreu Lencastre (séc. XVIII), que assentou praça com o nome de Baltasar do Couto Cardoso e serviu ao exército português durante 14 anos, tendo se casado com um oficial do exército; Maria Quitéria de Jesus (1792-1853), que serviu no exército português sob o nome de José Cordeiro de Medeiros, seu cunhado (cf. SCHUMACHER, 2000). Na literatura brasileira, impossível esquecer Diadorim de *Grande sertão: veredas* (ROSA, 1986).

que são companheiros sábios de honesta conversação.
(ORTA, 1993, p. 90).

A autora parte da crítica à futilidade feminina para sugerir que o estudo, o conhecimento e a leitura deveriam ser “companheiros” femininos, pois “Nós [as mulheres] não temos a profissão das ciências nem obrigação de sermos sábias; mas também não fizemos voto de sermos ignorantes.” (ORTA, 1993, p. 90). Considera que:

Não resplandece em todas a luz brilhante das ciências; porque eles ocupam as aulas, em que não teriam, lugar, se elas as frequentassem, pois temos igualdade de almas e o mesmo direito aos conhecimentos e o dizerem que as nossas potências são o refugio das suas, porque não sabemos entender, ajuizar, aprender e queremos sempre o pior, é sobra de maldade, e insofrível sem-razão, quando neles há sempre mais que repreender e nas mulheres muito que louvar, menos naquelas, que muito os atendem, porque eles as arruinam. (ORTA, 1993, p. 92).

A trama romanesca é pretexto para a defesa de princípios iluministas, entre os quais se destaca o de guia de comportamento para a educação das mulheres, elogio à vida natural e simples do campo, preconizando a construção de uma sociedade em que os mestres deveriam ter “regalias, isenções e boa renda” e na qual não se “consentiria que houvessem (*sic*) escravos” (ORTA, 1993, p. 124 e 247), projeto utópico para o Portugal do século XVIII e dos séculos vindouros.

No ano seguinte à publicação do romance, Teresa Margarida perde o marido e assume, a partir desse ano, a administração dos negócios da família, o que significa um longo perambular por tribunais em que faz a defesa do que considera seus direitos. Move um processo contra o irmão Matias Aires em que reivindica a sua parte na legítima paterna, mas há vários outros processos de penhora movidos por credores que reivindicam o pagamento dos empréstimos feitos pelo marido para montar o engenho de serrar madeira no Maranhão.

É em busca de solução para esses problemas que a autora escreve para figuras de destaque. Numa carta de 1753 para o Marquês de Pombal, solicita a intercessão do poderoso ministro para resolver o caso do engenho no Maranhão, pedindo que a coroa compre o engenho, o que poria fim às inúmeras pendências existentes e à iminência de execução da penhora. Em 1758, escreve:

Também recorro à proteção de V. Ex^a para que o meu filho António Jansen seja provido em uma das conezias do Maranhão, que pedi a S. Majestade e em que vão consultados, pela Mesa da Consciência, dois filhos meus; porém, para não arriscar a acomodação do mais velho em querer acomodar a ambos, terei que dever a V. Ex^a se a conseguir ao menos para o sobredito. (*Apud* ENNES, 1952, p. 106)

Mas ela não contaria com o apoio de Pombal nem na compra do engenho, nem na obtenção do cargo para o filho. Alinhada ideologicamente com a política do Marquês, Teresa Margarida era uma “estrangeirada”, seguidora das Luzes, defensora de uma reforma política, administrativa e pedagógica. Esse viés, presente do romance, também se manifestaria de forma mais enfática em outros escritos hoje desaparecidos. Numa carta para Frei Manuel do Cenáculo, bispo de Beja e Presidente da Real Mesa Censória, diz ter procurado o Marquês para lhe mostrar um “um papel em que se liam os erros dos P P da Companhia”, e não tendo sido atendida, dirigira-se a Francisco Xavier de Mendonça, irmão do conde de Oeiras e secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. Este mandara que “sem demora o remetesse” a Pedro Gonçalves Cordeiro, chanceler-mor da Casa da Suplicação, o mais graduado juiz do reino. A autora afirma ter feito isso, mas recorria a Frei Manoel do Cenáculo⁵ para que este soubesse do Marquês se era “do seu agrado” continuar “o Diálogo principiado ou a relação”. Na margem inferior esquerda, pode-se ler à guisa de *post-scriptum*: “os papeis que remeto não são mais que borrões do que estava delineado”.

5 As cartas encontram-se no espólio de Frei Manuel do Cenáculo, que está depositado na Biblioteca Pública de Évora, Códice XXVII / 2 – 14, n 101 (f. 177- 177v); Códice XXVII / 2 – 14, n 102 (f. 179); Códice XXVII / 2 – 14, n 103 (f 180); Códice XXVII / 2 – 14, n 104 (f.181).

Essa carta mostra que Teresa Margarida foi, provavelmente, autora de um libelo contra os jesuítas, que ia anexo à carta. Infelizmente, só a carta chegou até os nossos dias, mas esse dado nos permite vislumbrar a forma como a escritora se inseriu na sociedade letrada do seu tempo, participando ativamente de um das grandes questões do seu tempo – a campanha contra os jesuítas. Escrita em 1768, 5 anos após a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, os “papeis” que Teresa Margarida envia a Frei Manuel do Cenáculo podem ter integrado a *Dedução cronológica e analítica* (1768): obra anti-jesuítica, de autoria de José Seabra da Silva, procurador da coroa, mas que se sabe ter sido idealizada pelo Marquês de Pombal e escrita por diversos colaboradores ou poderiam destinar-se a outro projeto do Marquês, pois ainda circularam outros panfletos anônimos com a mesma linha ideológica de responsabilização de todos os fracassos portugueses à atuação da Companhia de Jesus.

Em 1770, volta a escrever a Frei Manuel do Cenáculo, pedindo ajuda para resolver dois assuntos familiares. Na primeira carta, de 6 de abril, solicita a intercessão do Presidente da Real Mesa Censória no julgamento do processo que move contra o irmão e que se refere à herança paterna. Em agosto, volta a escrever, expondo outro problema:

Busquei a V. Ex^a no Paço quando já se havia retirado, e vou por este modo à sua presença, valendo-me da sua piedade para sossego da aflição em que me vejo: queira V. Ex^a patrocinar-me para com o senhor Conde de Oeiras, certificando-lhe que dera um dois papeis de D. Theresa de Melo, a El-Rei, e a V. Ex^a, na certeza de que continham a mais pura verdade, parecendo-me moralmente impossível o fingimento que se diz, pois eu me havia procurado certificar não só examinando pessoas familiares da mesma senhora, como ponderando-lhe os perigos o que ameaçava o mentir ao Rei.

A aflição em que se encontra é motivada pelos amores do filho Agostinho por Teresa de Melo, da Casa dos Donatários de Melo. Agostinho era o filho mais novo, não tinha morgadio, a família tinha pesadas dívidas,

por isso essa união contrariava os interesses dos Melo, que não permitiam o casamento. Teresa de Melo, numa petição à Câmara Eclesiástica, alegava estar grávida e pretendia uma autorização especial da Igreja para casar-se à revelia da família, atitude semelhante à que a escritora ousara aos 16 anos. Teresa Margarida temia o que pudesse acontecer, por isso pede ajuda a Frei Manuel do Cenáculo.

E o que ela temia aconteceu. O pleito não foi atendido, pois “uma parenta” teria provocado o aborto⁶, o que invalidava a argumentação da jovem. Os envolvidos foram acusados de perjuro ao rei e as punições foram pesadas: Teresa de Melo foi enclausurada no mosteiro da Vila de Cós, o irmão, degredado para Angola; ambos foram considerados indignos de pertencer à Casa dos Donatários de Melo e tiveram seus bens alienados ao tutor⁷. O filho de Teresa Margarida foi degredado para Angola e a escritora encarcerada no mosteiro de Santa Ifigênia, na distante Ferreira de Aves.

No período em que esteve presa, escreveu o comovente “Poema épico-trágico”, um longo poema composto por 132 oitavas escritas em decassílabos, dispostas numa proposição e invocação a que se seguem cinco “prantos”⁸. Se a estrutura do poema obedece ao cânone épico, a narração é inovadora, pois a heroína é a própria Teresa Margarida. É um poema autobiográfico⁹, escrito após seis anos de cárcere, em que narra as desventuras pelas quais passou: a prisão inesperada, a viagem até o cárcere, os infortúnios sucedidos durante o longo cativeiro, entre eles a morte do filho mais velho. Ultrapassando os preceitos árcades, a autora faz do seu lúgubre canto um poema pré-romântico, centrado no eu e marcado pela dor.

Em 1777, passados 7 anos de cárcere, em que foi mantida incomunicável até “Da missa e Sacramentos proibida/ Para a aflita alma ser

6 Cf. ORTA, 1993, p. 25.

7 O tutor era o tio Henrique de Melo e Souza, parente do Marquês.

8 Teresa Margarida intitula os cantos de “prantos”.

9 Segundo Philippe Lejeune (1995), o pacto autobiográfico estabelece-se quando autor e narrador coincidem. Antonio Candido considera a “autobiografia através de poesia” quando o autor toma “como exemplo o particular por excelência, que é a narrativa da própria vida” (1987, p. 53, 55).

mais oprimida”. Teresa Margarida foi libertada. O tempo do Marquês tinha terminado. Assumira o trono D. Maria I, a quem a autora dedicara as *Máximas de virtude e formosura...* e para quem escrevera uma petição em verso, em que pedia “Justiça e compaixão ao mesmo tempo/ Desta prisão vos pedem os meus clamores; /Justiça solicita a inocência/ Procura compaixão a dor mais forte./ Teresa Margarida da Silva e Orta/ Vos suplica mandeis a Casa volte” (ORTA, 1993, p. 31, p. 54).

A liberdade não foi obtida por mercê real, mas pela Viradeira, isto é, por uma série de medidas tomadas pela soberana que corrigiram as arbitrariedades perpetradas pelo Marquês de Pombal. Por esse processo, todos os envolvidos no caso Teresa de Melo foram soltos e reabilitados.

Ao ser liberta, Teresa Margarida chorava “a perda de 6 filhos falecidos enquanto esteve presa”. A casa estava em “total ruína”, “cercada de dívidas, e [ela] sem meios para pagá-las”¹⁰, por isso retoma as petições para tentar sanar os problemas existentes. Nesse mesmo ano, o romance é reeditado, desta feita com o título de *Aventuras de Diófanes*, nome pelo qual se tornou conhecido. Em 1790, sai a 3ª edição, impressa na Régia Oficina Tipográfica, que traz na folha de rosto que “seu verdadeiro autor [é] Alexandre de Gusmão”, o que deu azo a que os misóginos dessem fé a essa informação. Qual teria sido o propósito de tal atitude? Trazer “prestígio” para a obra, na medida em que Alexandre de Gusmão fora figura conceituada na corte de D. João V? Alavancar vendas? Não temos resposta para essas questões. Lembramos aos céticos que a autora, enquanto esteve presa no convento de freiras beneditinas, escreveu uma curiosa oração a S. Bento, assinada com o pseudônimo de Doroteia Engrássia Taveda Dalmira.

Teresa Margarida, naquele momento, era uma velha senhora que morava na quinta da Aqualva, perto de Belas, arredores de Lisboa, em companhia do cunhado, o monsenhor Joaquim Jansen Moller. O

10 As citações foram retiradas de uma petição existente no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Cf. AHU cx 51, doc 4968, petição. Nela, a autora diz chorar “a perda de 6 filhos falecidos enquanto esteve presa, quatro dos quais morreram no serviço de Vossa Majestade, a saber Henrique Jansen em Capitão de Cavalos, Manuel Jansen em Tenente de Infantaria, e José e Pedro Jansen em Alferes”.

filho Agostinho casara, em 1780, com Teresa de Melo; em 1785, a filha Catarina casara com o tio, o brigadeiro Agostinho Jansen Moller; a filha Ana provavelmente seria freira, quem sabe em Odivelas, convento onde se encontrava a irmã de Teresa Margarida; três filhos eram religiosos. O cunhado morre em 15 de março de 1793 e, passados alguns meses, em 24 de outubro do mesmo ano a escritora falece.

Finalmente, descansava uma mulher muito à frente do seu tempo. Quando muitas mulheres iam para os conventos, não porque assim o desejassem, ou casavam com maridos escolhidos pela família, Teresa Margarida seguiu a voz do coração e casou-se com o seu eleito, à revelia paterna que a queria freira. Quando muitas mulheres não sabiam ler nem escrever, confinadas que estavam aos espaços privados, sem ter acesso à educação, escreveu e publicou um romance, o primeiro publicado por uma mulher em língua portuguesa. Quando muitas mulheres, depois de viúvas, entregavam a administração dos negócios familiares aos filhos ou à família, defendeu o seu patrimônio, articulando-se com figuras proeminentes do poder, escrevendo cartas em que faz a defesa de seus interesses.

A sua escrita é pioneira, tanto no campo do romance, como no da poesia. Se no romance o domínio é o das luzes da razão, na poesia, é o da voz do coração. O seu pioneirismo, no entanto, não lhe assegurou um lugar nas histórias da literatura do Brasil e de Portugal. Esquecida durante muitos anos por portugueses e brasileiros, a nossa homenagem neste ano em que se assinala o seu terceiro centenário de nascimento.

Bibliografia

CANDIDO, Antonio. Poesia e ficção na autobiografia. In: *Educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987, p. 51-69.

CARVALHO, Inácio de. Censura de Inácio de Carvalho, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, e Acadêmico da Academia Real. In: DALMIRA, Doroteia Engrássia Tavareda. *Máximas de virtude e formosura...* Lisboa: Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1752.

ENNES, Ernesto. *Dois paulistas insignes: Teresa Margarida da Silva e Orta e o primeiro romance brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, vol. II.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1995.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca Lusitana*. Coimbra: Atlântida Editora, MCMLXVII, vol. IV, p. 271.

ORTA, Teresa Margarida da Silva e. *Obra reunida*. Org. de Ceila Montez. Rio de Janeiro: Graphia, 1993.

_____. Poema épico-trágico dividido em cinco prantos que oferece ao Altíssimo D. Teresa Margarida Silva e Orta presa n'um Mosteiro de Freiras da Província da Beira feitos pela mesma presa. In: *Poesias manuscritas*. [S. l.: s. n., 17_], p. 321-390.

_____. Petição que a presa faz à Rainha N. Senhora. In: *Poesias manuscritas*. [S. l.: s. n., 17_], p. 391-392.